



PODER

Parecer da CPI é rejeitado, mas escala crise com STF

Relatório pedia o indiciamento de Toffoli, Moraes e Gilmar Mendes, além do PGR, o que provocou dura reação da Corte. Documento foi barrado após articulação da base do governo, que mudou três integrantes do colegiado e conseguiu maioria

» ALÍCIA BERNARDES
» IAGO MAC CORD

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado encerrou seus trabalhos ontem sem aprovar um relatório final. O parecer apresentado pelo relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), foi rejeitado por 6 votos a 4, após mudanças na composição do colegiado e orientação contrária da base governista. O texto, porém, escalou a crise entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) ao propor o indiciamento de três ministros da Corte — Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, acusando-os de crimes de responsabilidade no caso Master.

Antes da votação do relatório, houve substituições de integrantes da CPI, com a entrada de parlamentares alinhados ao governo nas vagas de titulares — movimento criticado por senadores da oposição, que classificaram a mudança como tentativa de inviabilizar o aval ao parecer. A nova correlação de forças foi decisiva para o resultado final.

Embora o relatório tenha sido reprovado, o embate com o STF já estava deflagrado. Vieira enfatizou, no parecer, que os ministros teriam adotado “condutas incompatíveis com o exercício de suas funções”, incluindo decisões judiciais que, na avaliação da CPI, teriam limitado ou interferido nas investigações. Ao destacar o caso do Banco Master, o relatório sugeriu que ministros do STF teriam relação ou proximidade com o dono da instituição, Daniel Vorcaro. Também questionou decisões judiciais tomadas durante o curso das investigações.

As conclusões provocaram forte reação na Corte. Em manifestações públicas, magistrados classificaram o parecer como um “erro histórico”, “equivoco técnico” e tentativa de criminalizar a atividade jurisdicional, especialmente no que diz respeito à concessão de habeas corpus.

Decano do STF, Gilmar Mendes afirmou, durante sessão da Segunda Turma, que o relatório carecia de base legal e representava uma “cortina de fumaça”. Ele acusou a CPI de desviar seu foco original — investigar o crime organizado

Geraldo Magela/Agência Senado



As pessoas que estão sentadas na Suprema Corte não são donas do país. Já de há muito se habituaram a atravessar a rua, a interferir nesta Casa, na Casa vizinha, a fazer manifestações que são de cunho claramente político”

Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI do Crime Organizado

— para promover embates políticos com o Judiciário. Mencionou que a tentativa de responsabilizar magistrados por decisões judiciais remete ao chamado “crime de hermenêutica”, criticado historicamente por juristas.

Já Toffoli classificou o relatório como uma “excessão” e sugeriu que iniciativas desse tipo podem configurar abuso de poder com repercussões eleitorais.

Pelas redes sociais, Flávio Dino apontou como “erro gigantesco” considerar o STF o principal problema do país, destacando que a CPI deixou de avançar em investigações sobre milícias e outras estruturas criminosas.

Em resposta, Vieira enfatizou que “ninguém está acima da lei” e que as conclusões foram baseadas em fatos reunidos ao longo das apurações. Ele acusou Gilmar Mendes de adotar um “modus operandi” de atuação política e criticou o que classificou como

tentativas de intimidação por parte do Judiciário.

À noite, o ministro Edson Fachin, presidente do STF, divulgou nota em que repudiou a investida da CPI contra magistrados da Corte. “A Presidência reconhece que é uma garantia fundamental da democracia o exercício das Comissões Parlamentares de Inquérito, nos limites constitucionais e circunscritas à pertinência temática que deu ensejo à sua criação, como instrumento de fiscalização e controle pelo Poder Legislativo e da sociedade”, frisou. “Desvios de finalidade temática dessas comissões, todavia, enfraquecem os pilares democráticos e ameaçam os direitos fundamentais de qualquer cidadão.” Ele ainda se solidarizou com os colegas.

Já a Associação Nacional dos Procuradores saiu em defesa de Gonet. Sustentou que “não há qualquer cenário de omissão institucional” da PGR. “As investigações

mencionadas seguem em regular andamento no âmbito da Polícia Federal”, acrescentou.

A parte a ofensiva contra ministros, o relatório apontou, no caso Master, indícios de lavagem de dinheiro, uso de estruturas financeiras sofisticadas — como fintechs e criptomoedas — e possíveis conexões entre o sistema financeiro e atividades ilícitas. Também foram citados indícios de exploração sexual e tráfico internacional de pessoas em eventos promovidos pelo empresário, com base em dados extraídos de dispositivos eletrônicos e serviços em nuvem analisados pela CPI.

O documento apontou a existência de ao menos 90 organizações criminosas atuando em 24 estados e no Distrito Federal, com influência sobre cerca de 28,5 milhões de brasileiros.

Instalada para apurar a atuação do crime organizado, especialmente no Rio de Janeiro, a CPI funcionou por quatro meses.

Luiz Silveira/STF



Ele (Vieira) se esqueceu dos seus colegas milicianos e decidiu envolver o Supremo Tribunal Federal por ter concedido um habeas corpus. Mas só esse fato narrado mostra exatamente que nós descemos muito na escala das degradações”

Gilmar Mendes, decano do STF

Luiz Silveira/STF



Excessão de um relatório sem base jurídica, sem base factual. Isso é abuso de poder, pode levar à inelegibilidade. A Justiça Eleitoral não faltará em punir aqueles que abusam do poder, em proselitismo eleitoral, por fim imediato de sanha em atacar instituições”

Dias Toffoli, ministro do STF

O que diz o relatório contra ministros do STF e o PGR

Dias Toffoli

» O relatório final afirma que o ministro Dias Toffoli deve ser enquadrado nos dispositivos da lei de crimes de responsabilidade que pune a atuação em julgamento “quando, por lei, seja suspeito na causa” e a atuação “de modo incompatível com a honra, dignidade e o decoro”.

» Toffoli assumiu a relatoria do caso Master no STF após acolher pedido da defesa de Daniel Vorcaro, dono do Master. Até então, o caso tramitava na 10ª Vara Federal de Brasília, no âmbito da Operação Compliance Zero.

» Como relator, deu decisões classificadas pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) como “atípicas” e causadores de “legítima perplexidade institucional”, como a imposição de sigilo máximo no processo e a ordem para acatamento no STF de celulares apreendidos.

» Os atos, destaca o relatório, foram praticados “ocultando-se que o ministro havia mantido relação financeira, por intermédio da empresa Maridit, com fundo de investimento ligado a Fabiano

Zettel, cunhado de Vorcaro e também investigado na Operação Compliance Zero.

» Zettel estava por trás do fundo que comprou a participação da família Toffoli em um resort localizado em Ribeirão Claro, no Paraná. Toffoli só admitiria ser sócio oculto da Maridit um mês depois, quando, sob pressão, decidiu deixar a relatoria do caso.

» O relatório também cita perícia feita pela Polícia Federal no celular de Vorcaro que documentou um canal de comunicação entre Toffoli e Vorcaro que “extrapolava a liturgia do cargo”.

» O relator da CPI do Crime Organizado também citou as “múltiplas viagens” em aeronaves privadas ligadas a Daniel Vorcaro. Toffoli usou aviões particulares para pelo menos três viagens ao resort Tayayá, do qual foi sócio oculto.

Alexandre de Moraes

» Em relação a Moraes, o relatório atribui os mesmos dispositivos vedados conforme previstos na lei de crimes de responsabilidade: preferir julgamento quando por lei seja

suspeito na causa e proceder de modo incompatível com a honra e o decoro.

» Ao detalhar as condutas de Moraes, o documento menciona conversas do ministro com o investigado, recuperadas pela Polícia Federal, “em contexto que sugere tentativa de interferência em medida cautelar”. Moraes e Vorcaro conversaram por aplicativo de mensagens no dia da primeira prisão do banqueiro, em novembro. Ambos usavam um artifício que fazia o conteúdo das mensagens desaparecer após visualizados.

» No pedido de indiciamento de Moraes, o relator também cita que o ministro tentou contato reiteradamente com o presidente do Banco Central, Gabriel Galvão, para obter informações sobre o processo de venda do Master ao Banco de Brasília (BRB). A ação, no entendimento de Alessandro Vieira, foi uma “captura regulatória”, que ocorre quando um agente público usa seu prestígio institucional para influenciar o resultado de processo administrativo.

» O parecer também aponta que Moraes fez uso do “aparato jurisdicional para perseguir

quem revelou o conflito de interesses”. O ministro instaurou procedimentos para apurar “vazamento” de informações sobre o contrato do escritório da esposa dele, a advogada Viviane Barci, com o Banco Master. Para o senador, o ato configura uso abusivo do cargo para fins de autopreservação porque, na verdade, o magistrado deveria se declarar suspeito e afastar-se do caso.

» A banca de advocacia de Viviane Barci, com dois dos filhos do casal, firmou com o Master um contrato de R\$ 129 milhões e faturou ao menos R\$ 80 milhões, conforme revelaram documentos da Receita Federal entregues à comissão.

» As “múltiplas viagens” em voos ligados a Vorcaro também são citados no capítulo do pedido de indiciamento de Moraes. Há registros de pelo menos oito viagens dele e da mulher a bordo dos aviões de empresa que pertencia ao banqueiro para os aeroportos de Congonhas e Catarina, em São Paulo.

Gilmar Mendes

» O pedido de indiciamento de Gilmar Mendes é baseado no artigo que pune a atuação de

modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro. O relatório afirma que decisões dele em ações relacionadas ao Banco Master e à CPI tiveram efeito de “proteção corporativa”.

» Entre as decisões citadas, a que suspendeu as quebras de sigilo da Maridit, empresa de Toffoli, e do Fundo Arleen, que comprou cotas dela no resort do Paraná. O pedido de suspensão foi apresentado em um mandado de segurança da empresa Brasil Paralelo contra a CPI da Covid, arquivado desde 2023, cuja relatoria pertencia a Gilmar Mendes.

Paulo Gonet

» O pedido de indiciamento, com solicitação de abertura de processo de impeachment contra o procurador Paulo Gonet é baseado no dispositivo que aponta “desídia no cumprimento das atribuições”. O relatório afirma que Gonet tinha acesso a uma série de informações sobre conduta de ministros do STF no caso Master, levantadas pela imprensa e pela Polícia Federal, e não atuou como deveria.

» O parecer salienta que o PGR não adotou nenhuma providência concreta no sentido de promover a investigação e a eventual responsabilização das autoridades envolvidas.